CRQ - 4ª REGIÃO
SÃO PAULO
LEI Nº 2.800 DE 18 DE JUNHO DE 1956

JURISPRUDÊNCIA V

Até Dez/2024

Complemento do manual Defenda a sua Empresa - 12ª edição



Elaborado pela Gerência Jurídica do CRQ-IV/SP

juridico@crqsp.org.br

Direitos Autorais:

Este trabalho foi elaborado pela Gerência Jurídica do Conselho Regional de Química da IV Região, para uso exclusivo das empresas registradas nesta entidade.
Todos os seus direitos estão reservados nos termos da Lei nº 9.610, de 19.02.98, sendo proibida a sua reprodução.

Agosto/2025

ÍNDICE

JURISPRUDÊNCIA **4**

1. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 3 DECISÕES..... 4

2. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – 4 DECISÕES 9

3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - 4 DECISÕES 13

4. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO – 7 DECISÕES..... 17

5. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – 15 DECISÕES 24

6. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO – 8 DECISÕES 32

7. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO – 1 DECISÃO 42

FONTES DE REFERÊNCIAS[1] 43

[1] *Jurisprudência integrante da 12ª Edição do Manual Defenda sua Empresa contém 42 ementas (atualização: de janeiro de 2022 até dezembro 2024).*

EMENTA DO STJ Nº 1/3

Número: REsp 1955882 RS (2021/0256140-0)

Classe: Recurso Especial
Relator(a): Desembargador Federal Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMB. CONVOCADO DO TRF5)
Origem: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Data: 29/11/2022

Decisão: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CREA. NECESSIDADE DE REGISTRO. REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS SUMÚLAS 7 E 83 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de recurso especial interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ-CREA/PR contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado: EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. REGISTRO. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE. DUPLO REGISTRO. INVIABILIDADE.
1. A exigibilidade de inscrição junto ao Conselho Profissional é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela pessoa jurídica (art. 1º da Lei nº 6.830/1980).
2. Demonstrada a ausência de correlação da atividade da empresa e aquela sujeita à fiscalização pelo Conselho, descabe a obrigatoriedade de inscrição e a consequente contratação de responsável técnico.
3. A duplicidade de registro é vetada pelo próprio Ministério do Trabalho, a quem incumbe administrar as atividades dos Conselhos Regionais de registro profissional (fl. 204). 2. Nas razões do recurso especial (fls. 220/230), interposto pela alínea a do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, aponta-se violação dos arts. 7º da Lei 5.194/1966 e 1º da Lei 6.839/1980, ao argumento de ser obrigatório o registro no CREA/PR, tendo em vista que a finalidade da empresa recorrida guarda pertinência com a atividade de elaboração de lajes de concreto.
(...)
Destarte, conforme documentos juntados no evento 13, a apelada possui registro com O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil -CAU/BR, cujo responsável técnico é o arquiteto LUCAS RAFFO SOUZA - registro sob n.º A34946-1, sendo vedada vinculação de um mesmo estabelecimento amais de um conselho profissional. Ademais, conforme se depreende dos autos, a atividade desenvolvida pelo apelado - fabricação de estrutura pré-moldadas de concreto armado e artefatos de cimento para uso de construção; preparação de massa de concreto e argamassa para construção; locação de automóveis, máquinas e equipamentos para construção sem operador e transportadora - não exigem registro no conselho apelante e nem anotação de responsabilidade técnica, eis que a atividade preponderante não é afeta ao ramo da engenharia (fls. 209/211).
7. Da análise dos autos, verifico que a decisão foi adequadamente fundamentada no acórdão recorrido, o qual, analisando o contexto fático-probatório dos autos, entendeu que "a empresa executada tem por objetivo social a fabricação de estrutura pré-moldadas de concreto armado e artefatos de cimento para uso de construção;
preparação de massa de concreto e argamassa para construção; locação de automóveis, máquinas e equipamentos para construção sem operador e transportadora", e que "tais atividades básicas não são peculiares à engenharia".
9. Verifico, ainda, que a conclusão veiculada no acórdão está em harmonia com a orientação do STJ sobre o tema, incidindo na hipótese o disposto na Súmula 83/STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Nesse sentido:
10. Em face do exposto, não conheço do recurso especial do CREA/PR.
(...)

12. Publique-se. Intimações necessárias.
Brasília, 25 de novembro de 2022.
MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5)
Relator
(REsp n. 1.955.882, Ministro Manoel Erhardt (Desembargador Convocado do TRF5), DJe de 29/11/2022.)

(íntegra da decisão disponível no site do Superior Tribunal de Justiça - STJ)

Fonte:https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=168351203&num_registro=202102561400&data=20221129

EMENTA DO STJ Nº 2/3

Número: AREsp 2.128.508 - PR (2022/0142290-5)

Classe: Agravo em Recurso Especial
Relator(a): Desembargador Federal Ministro HUMBERTO MARTINS
Origem: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Data: 03/08/2022

Decisão: Cuida-se de agravo apresentado pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO PROFISSIONAL. ATIVIDADE BÁSICA. INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PLÁSTICO E DE PAPEL. REGISTRO. (DES)NECESSIDADE.
- O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa.
- A atividade básica da empresa está relacionada à indústria e ao comércio de artefatos plásticos e de papel, não configurando nenhuma das hipóteses elencadas no art. 7º da Lei 5.194/66 (fl. 174).
Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 7º, "b" e "h", da Lei n. 5.194/66 e do art. 1º da Lei n. 6.839/80, sustentando a necessidade de registro da recorrida no Conselho recorrente, em razão do exercício de atividade industrial na área de Engenharia Química, trazendo os seguintes argumentos:
O contrato social da Recorrida descreve em seu objeto social a atividade de industrialização de artefatos de plástico e de papel/papelão, as quais se enquadram naquelas atribuídas aos profissionais da Engenharia Química (sentido amplo, englobando também a Engenharia Industrial e de Materiais)
(...)
É, no essencial, o relatório. Decido.
Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:
Conforme se observa do contrato social da parte autora (evento 1 - CONTRSOCIAL3 e CONTRSOCIAL4) seu objeto social consiste na industrialização de produtos plásticos e de papel.
Parece evidente que a finalidade da empresa não guarda relação com o exercício profissional da engenharia ou da agronomia, não estando obrigada, portanto, a efetuar inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
Nestes termos decidiu o magistrado singular, cujas razões de decidir adoto integralmente, passando a transcrever a sentença (fls. 178- 179, grifo meu).
Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.
Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)". (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)
Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp n. 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp n.

1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.311.173/MS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 16/10/2020.
Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.
(...)

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de agosto de 2022.
MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente
(AREsp n. 2.128.508, Ministro Humberto Martins, DJe de 03/08/2022.)

(íntegra da decisão disponível no site do Superior Tribunal de Justiça - STJ)

Fonte:https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=160030503&tipo_documento=documento&num_registro=202201422905&data=20220803&tipo=0&formato=PDF

EMENTA DO STJ Nº 3/3

Número: EDcl no AgInt no AREsp 1.837.144 - PR

Classe: Agravo em Recurso Especial
Relator(a): Desembargador Federal Ministro FRANCISCO FALCÃO
Origem: Superior Tribunal de Justiça – STJ
Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA
Data: 18/04/2022

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE CLASSE. INSCRIÇÃO. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA NÃO INTEGRANTE NO ROL DE ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.
I - Na origem, trata-se de ação objetivando a declaração de inexigibilidade de inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para a continuidade de exercício das atividades desempenhadas pela empresa. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida. Esta Corte conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.
II - Na hipótese dos autos, nota-se que, conquanto a parte recorrente tenha se sagrado vencedora, não houve a majoração dos honorários nos termos do art. 85, 11, do Código de Processo Civil. III - Destarte, majoro os honorários advocatícios em 2% sobre o valor arbitrado pelo Tribunal de origem, devendo-se respeitar, contudo, os limites previstos no art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC. IV - Embargos de declaração acolhidos.
Acórdão Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima Jurisprudência/STJ - Acórdãos Página 1 de 2 indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques.

(íntegra da decisão disponível no site do Superior Tribunal de Justiça - STJ)

Fonte:https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/mediado/?documento_tipo=5&documento_sequencial=150432753&registro_numero=202100395715&peticao_numero=202101017944&publicacao_data=20220418&formato=PDF

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 1/4

Número: 0041293-56.2012.4.01.3300

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal ROBERTO CARVALHO VELOSO
Origem: TRF – PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA TERCEIRA TURMA
Data: 06/12/2024

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO PROFISSIONAL. MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA. FISCALIZAÇÃO PELO INMETRO. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM DÍVIDA ATIVA. RECURSO DESPROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA. I. CASO EM EXAME
1. Apelação interposta pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA/BA) contra sentença que condenou o apelante ao pagamento de danos morais e determinou a exclusão da inscrição da empresa Chanec Comércio e Serviços de Equipamentos de Segurança Ltda. na Dívida Ativa, por ausência de registro junto ao CREA/BA. A empresa realiza atividades de manutenção de extintores e equipamentos de segurança, fiscalizadas pelo INMETRO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO
2. A controvérsia envolve: (i) a obrigatoriedade de registro da empresa apelada no CREA/BA para exercer atividades de manutenção de extintores e portas corta-fogo; e (ii) a condenação do apelante ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência da inscrição indevida na Dívida Ativa. III. RAZÕES DE DECIDIR
3. A atividade principal da empresa apelada é regulada pelo INMETRO, que não exige a supervisão de profissionais registrados no CREA para a execução de serviços de manutenção de extintores e sistemas de segurança.
4. A jurisprudência majoritária estabelece que o critério para a obrigatoriedade de registro no CREA é a atividade básica da empresa, a qual, no presente caso, não se relaciona com as áreas de engenharia ou agronomia.
5. A inscrição indevida da empresa na Dívida Ativa foi corretamente considerada abusiva, justificando a condenação por danos morais, em valor proporcional ao prejuízo causado. IV. DISPOSITIVO E TESE
6. Apelação e remessa necessária desprovidas, mantendo-se a sentença que isentou a empresa da obrigatoriedade de registro no CREA/BA e fixou indenização por danos morais. Tese de julgamento: "1. A manutenção de extintores e equipamentos de segurança, fiscalizada pelo INMETRO, não exige registro junto ao CREA. 2. A inscrição indevida de empresa na Dívida Ativa, sem fundamento legal, enseja indenização por danos morais."
Legislação relevante citada: Lei nº 5.194/1966; Lei nº 6.496/1977; Lei nº 6.839/1980. Jurisprudência relevante citada: TRF-4, AC: 50081731820204047003, Rel. Gisele Lemke, 12ª Turma, j. 08/02/2023.
A Turma, por unanimidade, negou provimento à Apelação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA/BA).

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 2/4

Número: 0014762-05.2013.4.01.3200

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Origem: TRF – PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA TERCEIRA TURMA
Data: 28/11/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. PESSOA JURÍDICA ATUANTE EM RAMO DIVERSO DO PREVISTO NA LEI N. 5.194/1966. DESOBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO CONSELHO. EMPRESA INSCRITA NO CRQ. DUPLICIDADE DE REGISTROS. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.
1. Trata-se de apelação interposta pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas contra sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas que, nos autos dos Embargos à Execução n. 0014762-05.2013.4.01.3200, julgou procedente o pedido formulado para declarar a inexigibilidade do débito.
2. A Lei n. 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, estabelece que "o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros".
3. O entendimento firmado pelo STJ, no REsp repetitivo 1.338.942-SP (Temas 616 e 617), no sentido de que o registro perante os órgãos de fiscalização profissional deve observar a atividade principal da pessoa jurídica, e desde que tal atividade se enquadre como privativa da categoria do conselho, é aplicável para o registro profissional em qualquer conselho.
4. No caso concreto, conforme comprovante de inscrição e situação cadastral, a parte autora desenvolve como atividade econômica principal a "fabricação de refrescos, xaropes e pós para refresco, exceto refresco de frutas". Portanto, nota-se que não envolvem quaisquer das atividades de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, sejam estas privativas, relacionadas ou peculiares, tampouco presta serviços dessa natureza a terceiros.
5. Outrossim, imperioso salientar que a empresa autora encontra-se regularmente inscrita no Conselho Regional de Química - CRQ, sendo vedada a duplicidade de registro em conselho profissional. Precedentes declinados no voto.
6. Desse modo, considerando que a atividade básica desenvolvida pela autora não está inserida no rol daquelas sujeitas à fiscalização pelo CREA, é desnecessária a contratação de tal profissional e o registro no respectivo conselho profissional.
7. Honorários advocatícios recursais fixados.
8. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 3/4

Número: 1029952-10.2021.4.01.3200

Classe: Apelação em Mandado de Segurança
Relator(a): Desembargador Federal JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA
Origem: TRF – PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA TERCEIRA TURMA
Data: 14/11/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHOS PROFISSIONAIS. PESSOA JURÍDICA ATUANTE NO RAMO DE COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO. DESOBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA. ATIVIDADE-FIM DIVERSA DA PRÓPRIA DE ENGENHEIRO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.
1. Trata-se de apelação interposta pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Goiás contra sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas que, nos autos da ação n. 1029952-10.2021.4.01.3200, julgou parcialmente procedentes os pedidos, para reconhecer o direito da autora de não se submeter a ato de fiscalização ou cobrança em seu desfavor pelo CREA, enquanto não exercer qualquer atividade relacionada à prestação de serviços de engenharia ou agronomia, e anular o auto de infração objeto dos autos.
2. A Lei n. 6.839/1980 dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, estabelecendo que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados delas encarregados serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
3. No caso concreto, conforme consulta ao comprovante de inscrição e situação cadastral (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp - acesso em 12/09/2024), a autora desenvolve como atividade econômica principal a "fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente". Portanto, evidencia-se que tal atividade não se enquadra naquelas próprias da Engenharia, previstas na Lei n. 5.194/1966, motivo pelo qual a autora não se sujeita à fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás, sendo ilegítimo o auto de infração n. 5512AEP2019BA, lavrado sob a justificativa de exercício ilegal da profissão por pessoa jurídica, sem registro no CREA/GO. Precedentes declinados no voto.
4. Considerando que a atividade básica desenvolvida pela autora não está inserida no rol daquelas exercidas pelo engenheiro, não há falar na sujeição da empresa ao registro obrigatório ou à fiscalização pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. 5. Honorários recursais fixados. 6. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 4/4

Número: 1000003-07.2019.4.01.4300

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal ROBERTO CARVALHO VELOSO
Origem: TRF – PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA TERCEIRA TURMA
Data: 04/03/2024

Ementa: TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. ATIVIDADE BÁSICA. RERREFINO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA NÃO INSERIDA NA ÁREA DA ENGENHARIA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO NO CREA. EMPRESA REGISTRADA NO CRQ. DUPLICIDADE DE REGISTROS VEDADA.
1. A questão em análise cinge-se em determinar se a atividade exercida pela autora, ora apelada, estabelece relação jurídica que a submeta à inscrição e fiscalização no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins- CREA/TO.
2. Nos termos do art. 1º da Lei n. 6.839/1980, a atividade básica desenvolvida pela empresa é o fundamento que torna obrigatória sua inscrição em um conselho profissional.
3. A Lei nº 5.194/66 determina que cabe ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia fiscalizar e disciplinar o exercício das atividades profissionais privativas de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, listadas em seus artigos 1º e art. 7º.
4. Compulsando os autos, verifico que a apelada tem como atividade principal o 19.22-5-02 - Rerrefino de óleos lubrificantes e como atividades secundárias 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 46.87-7-02 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão, conforme Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (ID 23313852).
5. Dessa forma, a atividade básica da apelada não se enquadra no rol de atividades privativas de engenheiro, arquiteto e ou agrônomo, elencadas nos artigos 1º e 7º da Lei nº 5194/66, razão pela qual não está sujeita à inscrição, fiscalização e penalidades do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins. Ou seja, inexiste qualquer relação obrigacional entre as partes, inclusive no que se refere à apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica.
6. A jurisprudência deste Tribunal Regional Federal afirma que Na hipótese concreta dos autos, conforme Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral CNPJ, com data de abertura em 21/05/1993, a atividade principal da autora é o rerrefino de óleos lubrificantes (19.22-5-02), tendo como atividades secundárias a coleta de resíduos perigosos, o transporte rodoviário de produtos perigosos, o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis e o comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão. Além disso, a empresa possui registro perante o Conselho Regional de Química - CRQ, 4. Apelação a que se nega provimento. (AC 1000023-79.2019.4.01.3400, JUIZ FEDERAL MARCELO VELASCO NASCIMENTO ALBERNAZ (CONV.), TRF1 - OITAVA TURMA, PJe 29/09/2022)
7. Ademais, vale ressaltar que a parte apelada encontra-se devidamente registrada no Conselho Regional de Química da 2ª Região (ID 94038521) e com esse conselho profissional estabelece relação jurídica, não sendo possível a duplicidade de registro nos conselhos profissionais, nos termo do artigo 1º da Lei nº 6.839/80.
8. Apelação a que se nega provimento.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 1/4

Número: 5033317-74.2019.4.02.5001

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL
Origem: TRF - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 17/05/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ENGENHEIRO QUÍMICO REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. DESNECESSIDADE. DUPLICIDADE DE REGISTRO. IMPOSSIBILIDADE.
1. De acordo com o art. 1º da Lei nº 6.839/80, o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica, assim entendida, aquela de natureza principal/preponderante. Portanto, a atividade-fim é o fator determinante da obrigatoriedade de registro de certa empresa/profissional no Conselho Profissional pertinente.
2. No caso dos autos, verifica-se que a Apelada, engenheira química da CESAN, desempenha a atividade básica de análise química de toda produção no tratamento de água, estando devidamente inscrita perante o Conselho Regional de Química desde o ano de 1994.
3. Nesse contexto, sendo possível a inscrição do engenheiro químico tanto no CREA, quanto no CRQ, e vedada a imposição de duplo registro, a inscrição em qualquer deles satisfaz a exigência de fiscalização e controle da atividade.
4. Desprovido o recurso de apelação interposto por CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES.
DECISAO: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação interposto por CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 2/4

Número: 5010891-29.2023.4.02.5001

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal THEOPHILO ANTONIO MIGUEL
Origem: TRF - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 26/03/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA. REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS NOS CONSELHOS PROFISSIONAIS. ART. 1º, DA LEI Nº 6.839/1980. COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP. ART. 7º, DA LEI Nº 5.194/1966. ATIVIDADE BÁSICA LIGADA À ENGENHARIA, ARQUITETURA E ENGENHARIA NÃO DESENVOLVIDA. NÃO SUJEIÇÃO À INSCRIÇÃO PERANTE O CREA, NEM À MULTA. RECURSO DESPROVIDO.
1. Somente as empresas que têm como atividade fim o exercício profissional vinculado a atividades dos profissionais em Engenharia ou Agronomia é que estão obrigadas a se registrar no CREA.
2. À toda evidência, a atividade desenvolvida pela apelante - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) e Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) - não exige registro no CREA, eis que a atividade preponderante não é afeta ao ramo da engenharia.
3. Recurso de apelação cível interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES improvido.
DECISAO: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação cível interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 3/4

Número: 5074088-80.2022.4.02.5101

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal GUILHERME COUTO DE CASTRO
Origem: TRF - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 28/08/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. CREA/RJ. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. DESNECESSIDADE DE REGISTRO. LEI Nº 5.194/66.
Nos termos do artigo 1º da Lei nº 6.839/1980, o critério que define a obrigatoriedade de registro de empresas perante os Conselhos de fiscalização é a atividade básica desenvolvida ou a natureza fundamental dos serviços prestados a terceiros. A atividade preponderante da executada é a imunização e controle de vetores e pragas urbanas e nada na lei obriga a registro da empresa perante o CREA/RJ. Inviável ampliar o alcance dos artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194/1966. Microempresa cujo responsável técnico é Médico Veterinário, devidamente registrado no Conselho Regional- CRMV-RJ. Apelação desprovida.
DECISAO: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 6a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 4/4

Número: 5028407-67.2020.4.02.5001

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND
Origem: TRF - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 21/02/2022

Ementa: EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. MULTA ADMINISTRATIVA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO. NÃO SUBMISSÃO DO EXECUTADO AO CONTROLE FISCALIZATÓRIO DO CONSELHO. CRITÉRIO DA ATIVIDADE BÁSICA. NULIDADE DA EXECUÇÃO. INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA.
1. Trata-se de apelação interposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES (Evento 19/JFES) nos autos da execução fiscal por ele ajuizada em face de LUIS ANTONIO SALVADOR-ME, objetivando a cobrança de multa no valor de R$ 735,06 (setecentos e trinta e cinco reais e seis centavos), atualizada em junho de 2019, conforme anexa aos autos (Evento 1 - OUT3/JFES), decorrente de processo administrativo que imputou à executada a prática da infração prevista no artigo 73, a, da Lei 5.194/66, por exercer ilegalmente a profissão fiscalizada pelo Conselho.
2. O Apelado se utilizou da exceção de pré-executividade para apontar a inadequação da autuação em razão da atividade por ele desempenhada, comprovando os fatos por ele alegados por intermédio do requerimento de empresário (Evento 4 - CONTRSOCIAL3/JFES), de seu comprovante de inscrição e situação cadastral (Evento 4 - CNPJ2/JFES) e do auto de infração lavrado pelo Conselho (Evento 4 - OUT4/JFES). Verifica-se, assim, que a nulidade suscitada não decorre de controvérsia acerca dos fatos, mas apenas acerca do enquadramento, ou não, da atividade por ele desempenhada dentre àquelas fiscalizadas pelo CREA, não se exigindo, portanto, qualquer dilação probatória.
3. A obrigatoriedade de registro em conselho profissional (e pagamento de anuidade) é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados, nos termos da Lei 6.839/1980, que adota, como critério legal para obrigatoriedade de registro junto aos conselhos profissionais, a atividade básica ou a natureza dos serviços prestados pela empresa, conforme dispõe o art. 1º da referida Lei, verbis: "Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Precedentes do STJ e desta 6ª Turma Especializada, v.g.: STJ, 2ª T., AgRg no REsp 1.242.318, Rel. Min. Castro Meira, DJe 12.12.2011; TRF2, 6ª T. Esp., AC 0005030-75.2008.4.02.5001, Rel. Des. Fed. Poul Erik Dyrlund, e-DF2R 11.07.2017.
4. In casu, infere-se do "requerimento de empresário" e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica que o objeto da empresa se constitui pelo "Comércio varejista de material elétrico; locação de câmeras de vigilância; portais provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet".
5. Não se vislumbra, de fato, dentre as atividades descritas no contrato social da empresa executada, o exercício de atividade básica inerente ao exercício de engenharia ou prestação de serviços de tal natureza a terceiros, não estando, deste modo, sujeita à inscrição no CREA.
6. Apelação desprovida. Majorados honorários advocatícios em 1% sobre o valor fixado na sentença, nos termos do disposto no § 11 do artigo 85 do CPC/15.
DECISAO: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 6a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 1/7

Número: 5000333-44.2021.4.03.6131

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 24/05/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA. INEXIGIBILIDADE DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE ENGENHARIA PARA A ATIVIDADE EXERCIDA. INSCRIÇÃO NO CAU. DUPLO REGISTRO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. - Cinge-se a controvérsia acerca da exigibilidade da inscrição perante o CREA - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. - A legislação (Lei nº 6839/80) responsável pelo registro de empresas nas entidades fiscalizadoras o exercício de profissões, dispõe, em seu artigo 1º, que o registro será obrigatório nas respectivas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros. - A Lei n.º 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, elenca em seu artigo 1º as atividades de competência privativa desses profissionais. - Haverá obrigatoriedade da inscrição quando a empresa realizar atividades relacionadas com a profissão sujeita à fiscalização do conselho. É a finalidade da empresa que determina se é ou não obrigatório o registro no conselho profissional. Se a atividade relacionada a profissão sujeita à fiscalização, tiver caráter meramente acessório, não é necessária a inscrição no conselho respectivo. - Se a atividade desenvolvida abrange mais de um ramo, excluir-se-á aquele que não representa sua atividade básica ou principal, com a finalidade de coibir a exigência de inscrição simultânea em entidades do mesmo gênero, fiscalizadoras de outras atividades profissionais por ela desempenhada de forma subsidiária. - No caso dos autos, consoante a documentação juntada aos autos, verifico que a atividade principal da empresa consiste em: "comércio e depósito de materiais de construção em geral". - A atividade principal não é de exclusiva execução por engenheiros, a empresa não pode ser obrigada a realizar seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP e, igualmente, também não pode ser exigida a manutenção em seus quadros de responsável técnico na área de engenharia. - O conjunto probatório demonstra a inscrição da empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, desde 22/04/2008 e a contratação de profissional técnico, sendo vedada a dupla inscrição. - A título de honorários recursais, a verba honorária fixada na sentença, deve ser majorada do valor equivalente a 1% (um por cento) do seu total. - Apelação não provida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 2/7

Número: 5001880-34.2020.4.03.6106

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal GISELLE DE AMARO E FRANCA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 06/03/2024

Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO EM CONSELHO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA. EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO. DESNECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO CREA. DUPLO REGISTRO. IMPOSSIBILIDADE 1- A necessidade de inscrição depende da verificação concreta da atividade básica da empresa, e, quando realizada mais de uma, da análise da sua atividade preponderante. Orientação do Superior Tribunal de Justiça. 2- O exercício de atividade de fabricação de açúcar em bruto, de per si, não justifica a inscrição no CREA. Orientação desta Corte Regional. 3- Não se admite o duplo registro em conselho profissional. Orientação desta Corte Regional. 4- Apelo provido.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 3/7

Número: 0029223-90.2016.4.03.9999

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE
Origem: TRF – TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 08/11/2022

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO PARA O AJUIZAMENTO. INOCORRÊNCIA. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. ATIVIDADE BÁSICA. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CONCENTRADOS DE SUCOS. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO. APELAÇÃO PROVIDA.
No presente caso, com relação ao crédito relativo à CDA nº 18134/2012, conforme bem observou o juízo a quo, o prazo para recurso ao plenário do CREA/SP findou em 31/10/2007, ou seja, 60 dias após a última decisão proferida em sede administrativa (ID 102276006, pág. 151).
Tendo sido ajuizada a execução fiscal em 4/9/2012, com despacho que determinou a citação em 6/9/2012, o marco prescricional retroagiu à propositura da ação, e, portanto, não há que se falar em decurso de mais de 5 anos. Assim, mostra-se ausente a alegada prescrição, porquanto a ação foi ajuizada dentro do quinquênio posterior à constituição definitiva.
O art. 1º da Lei n.º 6.839/80 dispõe que "o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros".
No caso concreto, o objeto social da ora apelante consiste na produção e comercialização de conservas de frutas e concentrados de sucos. Diante disso, entendo que o exercício da atividade básica da embargante não possui como requisito o prévio registro no CREA.
Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento pela desnecessidade de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA de empresa cuja atividade básica seja a fabricação e a venda de bebidas. Precedentes desta Turma e dos Tribunais Regionais Federais.
Apelação provida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 4/7

Número: 5012232-65.2022.4.03.0000

Classe: Agravo de Instrumento
Relator(a): Desembargadora Federal PAULO SERGIO DOMINGUES
Origem: TRF – TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 28/10/2022

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. ATIVIDADE DA EMPRESA: EXPLORAÇÃO DO RAMO DE COMÉRCIO E BENEFICIAMENTO DE CHAPAS DE FERRO, AÇO, ALUMÍNIO. DESNECESSIDADE DE REGISTRO. RECURSO PROVIDO.
Dispõe o caput do artigo 300 do CPC/2015 que a tutela de urgência será deferida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
O artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal dispõe que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".
Qualquer restrição nesse sentido demandaria lei em sentido formal, em obediência ao princípio da legalidade constitucional a que se submete o Administrador Público.
O critério legal de obrigatoriedade de registro de empresas nos Conselhos Profissionais, previsto na Lei n. 6.839/80, bem como a contratação de profissional legalmente habilitado em área específica, vincula-se à atividade básica da empresa ou pela natureza dos serviços por ela prestados.
O objeto social da autora é a exploração do ramo de comércio e beneficiamento de chapas de ferro, aço, alumínio etc.
O relatório de auditoria especifica as atividades realizadas pela empresa como "prestação de serviços e fabricação de peças técnicas em chapa de aço carbono, inox e alumínio através de processos de corte a laser, guilhotina e dobra."
Incabível a inscrição no Conselho Regional Engenharia e Agronomia (CREA), bem como a indicação de responsável técnico e o pagamento de anuidades e multas, porque as atividades desenvolvidas pela parte autora, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, não requerem conhecimentos técnicos privativos de engenharia. - Ao menos em uma análise prévia, verifico a presença da probabilidade do direito, necessário à suspensão da exigibilidade da multa aplicada.
Agravo de instrumento provido.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 5/7

Número: 5011976-29.2020.4.03.6100

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA
Origem: TRF – TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 04/08/2022

Ementa: PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. MATÉRIA DE DIREITO. CONSELHO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA. EMPRESA QUE ATUA NA ATIVIDADE BÁSICA DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS. INSCRIÇÃO. INEXIGIBILIDADE.
1. Em relação a necessidade de produção de prova pericial, o Código de Processo Civil consagra o Juiz como condutor do processo, cabendo a ele analisar a necessidade da dilação probatória. O magistrado de primeiro grau, considerando a matéria deduzida, pode deixar de ordenar a realização de prova, não caracterizando cerceamento de defesa nem ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal o indeferimento da prova havida como desnecessária, inútil ou impertinente ao julgamento do mérito.
2. A matéria controvertida é eminentemente de direito, cuja verificação prescinde da realização de perícia técnica, bastando o exame da documentação colacionada aos autos e da legislação sobre a matéria.
3. A questão discutida no feito cinge-se em verificar se a atividade básica da autora enquadra-se dentre as funções que reclamam o registro da empresa no CREA SP, sujeitando-se à fiscalização do referido órgão profissional.
4. A Lei 6.839, de 30/10/1980, ao se referir à obrigatoriedade de inscrição nos conselhos profissionais, busca coibir os abusos praticados por alguns conselhos que, em sua fiscalização de exercício profissional, obrigavam ao registro e pagamento de anuidades as empresas que contratavam profissionais para prestar tão somente serviços de assessoria ligados às atividades produtivas próprias.
5. A Lei 5.194/66, ao disciplinar o exercício da profissão de engenheiro e engenheiro agrônomo, dispôs, em seus arts. 59 e 60, acerca da obrigatoriedade do registro no referido conselho das empresas que explorem serviços para os quais são necessárias as atividades de engenheiro ou agrônomo. A mesma lei elenca o rol das atividades de competência privativas dos Engenheiros e Agrônomos.
6. Nos termos de seu contrato social, as atividades da parte autora são: exploração do ramo de indústria, comércio importação e exportação de embalagens plásticas, tampas e batoques (ID 161900779). E conforme seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a atividade principal é a fabricação de embalagens de material plástico.
7. Analisando as competências estabelecidas pela Lei 5.914/66, não se depreende a obrigatoriedade da contratação de engenheiro por empresa cujo objeto social seja a industrialização e a comercialização de embalagens plásticas em geral. Tal atividade não se configura como função típica dos mencionados profissionais.
8. Como já mencionado, a Lei 6.839/80 vinculou o registro das empresas nos Conselhos Profissionais à atividade inerente ao exercício da profissão e àquelas em que o serviço seja prestado diretamente a terceiros. Empresa que não possui atividade básica relacionada à engenharia e agronomia, nem tampouco presta serviços desta natureza, não está obrigada ao registro perante o CREA/SP.
9. Por fim, a empresa apelada está regularmente inscrita no Conselho Regional de Química, sendo descabido exigir o duplo registro.
10. Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 6/7

Número: 5024642-62.2020.4.03.6100

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS
Origem: TRF – TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 28/03/2022

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA/SP. REGISTRO DE EMPRESA CUJA ATIVIDADE BÁSICA NÃO SE ENQUADRA NO RAMO DA ENGENHARIA E AGRONOMIA. COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO. NÃO OBRIGATORIEDADE. PROVA PERICIAL DESNECESSIDADE. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO, DESPROVIDOS.
1. O cerne da presente controvérsia gira em torno da obrigatoriedade de registro da autora no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP.
2. De início, deve ser afastada a alegação de que é necessária a realização de prova técnica pericial, pois a matéria controvertida é eminentemente de direito, cuja verificação prescinde da realização de perícia técnica, bastando o exame da documentação colacionada aos autos e da legislação sobre a matéria para definir se há, ou não, a obrigatoriedade de registro da autora no Conselho apelante (precedente deste Tribunal).
3. A atividade básica desenvolvida na empresa é fator determinante para vincular o seu registro perante os Conselhos Profissionais, bem como para avaliar a contratação de profissional especializado em conformidade com a natureza de serviços por ela prestados.
4. Da análise do Contrato Social da impetrante (ID de n.º 216469704, páginas 01-04), verifica-se que o objeto da sociedade empresária é o comércio varejista de extintores, sistema contra incêndio e a prestação de manutenção e inspeção de extintores de incêndio. A jurisprudência é pacífica no sentido de que a comercialização e a manutenção de extintores de incêndio não obrigam a empresa a registrar-se perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, visto que tal atividade é diversa da função inerente à engenharia (precedentes do STJ e deste Tribunal).
5. Reexame necessário e apelação, desprovidos.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 7/7

Número: 0012899-82.2016.4.03.6100

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal NERY DA COSTA JUNIOR
Origem: TRF – TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 24/03/2022

Ementa: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA/SP. ATIVIDADES RELACIONADAS À ÁREA DE QUÍMICA - RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA. DUPLO REGISTRO. DESCABIMENTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais e a indicação de responsável técnico é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. Precedentes (AGARESP 201600179730, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/05/2016.DTPB / AGRESP 200901500633, SÉRGIO KUKINA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:11/05/2016.DTPB).
2- A Lei 6.839/80, ao regulamentar a matéria, dispôs em seu art. 1.º que a inscrição deve levar em consideração a atividade básica ou em relação àquela pela qual as empresas e os profissionais prestem serviços a terceiros.
3- Assim, o critério de obrigatoriedade de registro no Conselho Profissional é determinado pela atividade básica realizado na empresa ou pela natureza dos serviços prestados.
4- No caso em exame, a autora sustenta que se dedica à fabricação de embalagens e componentes para sistemas de distribuição de medicamentos injetáveis e produtos de saúde, possuindo, como atividade principal desenvolvida no Brasil, a produção, fabricação, transformação, e sintetização de artigos e objetos de borracha, plástico e alumínio, estando suas atividades relacionadas à área de química.
5- Os elementos informativos dos autos permitem verificar que a autora desempenha atividade ligada à química, e uma vez que sua atividade econômica se resume na “fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente”, conforme CNPJ da empresa, esta se obriga apenas ao registro junto ao Conselho Regional de Química, sendo inexigível o seu registro junto ao CREA/SP.
6- Na hipótese dos autos foi realizada prova pericial para constatar a qual conselho deveria a autora manter-se vinculada, e o perito indicou que o seguimento em que a autora atua é inequivocadamente o Seguimento de Indústria Química, restando induvidoso que é o Conselho Regional de Química da IV Região que detém a responsabilidade de fiscalizar a apelada.
7- Apelação não provida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 1/15

Número: 5023887-85.2024.4.04.7000/PR

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal LUIZ ANTONIO BONAT
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA SEGUNDA TURMA
Data: 27/11/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA. INSCRIÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. FARINHA. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO. AUTUAÇÃO ANULADA. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL.
1. O critério definidor quanto à necessidade de inscrição será a atividade básica desenvolvida pela empresa, conforme art. 1° da Lei n° 6.839/80.
2. A fabricação de farinha não vincula a empresa ao CREA.
3. Indevida a inscrição, incorreta a autuação e subsequente protesto, gerando dano moral in re ipsa. Mantido o valor de R$ 8.000,00.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 2/15

Número: 5006973-59.2023.4.04.7006/PR

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal LUIZ ANTONIO BONAT
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: DÉCIMA SEGUNDA TURMA
Data: 23/10/2024

Ementa: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. REGISTRO PROFISSIONAL E CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE BÁSICA. FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL. LEI 6.839/80.
1. A adoção das razões já elencados quando da análise da matéria em sede de antecipação de tutela, de forma devidamente fundamentada na legislação e no cotejo do caso com a jurisprudência consolidada, não importa nulidade da sentença por ausência de fundamentação, nos termos do art. 489, §1º, V do CPC.
2. É cediço o entendimento no sentido de que o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico pretendido com a ação. Observa-se a falta de relação do valor arbitrado pela autora entre a suposta despesa com a contratação de responsável técnico e a presente ação, pois no caso de procedência do pedido, a autora não seria contemplada com a restituição do valor informado a título de encargos trabalhistas. Excluída a estimativa de pagamento das verbas remuneratórias, reduz-se o valor da causa. Apelo provido no ponto.
3. Após a entrada em vigor da Lei n.º 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
4. Com relação às empresas que possuem como atividade básica a fabricação de embalagens de papel, como no caso dos autos, esta Corte já assentou entendimento pela inexigibilidade de registro perante o CREA.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 3/15

Número: 5012865-31.2023.4.04.7205/SC

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 28/08/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO PROFISSIONAL ATIVIDADE BÁSICA. INSCRIÇÃO NO CREA. DESNECESSIDADE.
- O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa
- Não estando as atividades da empresa ligadas à engenharia ou agronomia, uma vez que não elencadas nos dispositivos legais, não há que se falar obrigação de registro nos quadros do conselho e manutenção de responsável técnico.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 4/15

Número: 5016847-27.2021.4.04.7107/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 16/07/2024

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. FABRICAÇÃO de ARTEFATOS DE PLÁSTICO. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO. RESPONSÁVEL TÉCNICO. DESNECESSIDADE.
1. O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa
2. A atividade de fabricação de artefatos de material plástico não necessita de registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, tampouco da contratação de engenheiro como responsável técnico.
3. Precedentes desta Corte.
4. Recurso de apelação a que se nega provimento.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 5/15

Número: 5002602-31.2022.4.04.9999/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 26/03/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO PROFISSIONAL. CREA. MULTA ADMINISTRATIVA. INEXIGÍVEL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA.
1. No caso dos autos, consta no Auto de Infração o motivo da autuação: "por praticar ato privativos de profissional habilitado, ao atuar na fabricação de artigos de serralheria, na Rua Julio Floriano Fabrício, 322, em Tuparendi/RS, em infringência ao art. 59 da Lei Federal 5194/66, uma vez que, as pessoas jurídicas, somente podem iniciar suas atividades no campo da engenharia industrial após o respectivo registro no CREA-RS".
2. Logo, a atividade exercida pela apelante não está relacionadas à área da engenharia nos termos do art. 7º da Lei nº 5194/66 o que foi corroborado com a prova oral produzida. Portanto, indevida a multa aplicada pelo CREA-RS, bem como despiciendo o seu registro junto ao referido conselho profissional.
3. Apelação provida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 6/15

Número: 5009679-80.2021.4.04.7104/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 20/03/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. CREA. ATIVIDADE BÁSICA. FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS. REGISTRO. DESNECESSIDADE.
1. O critério de vinculação da empresa com o Conselho Profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80.
2. Caso em que a atividade de fabricação de laticínios realizada pela embargante não guarda, nos termos da Lei nº 5.194/66, relação com o exercício profissional da engenharia. Precedentes desta Corte.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 7/15

Número: 5008475-70.2022.4.04.7102/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 29/02/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO PROFISSIONAL. CREA. MULTA ADMINISTRATIVA. INEXIGÍVEL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA
1. O critério de vinculação da empresa com o conselho profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80.
2. As atividades exercidas pela embargante não estão relacionadas à área da engenharia, uma vez que presta atividades de beneficiamento, gerenciamento, comércio e reciclagem de resíduos, prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos, fretes, transporte rodoviário de cargas e comércio de peças para automotores. Logo, a atividade exercida pela autora/apelada não está relacionadas à área da engenharia. Portanto, indevida a multa aplicada pelo CREA-RS.
3. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 8/15

Número: 5021373-42.2018.4.04.7107/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal ROGER RAUPP RIOS
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 17/10/2023

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. FABRICAÇÃO ARTEFATOS DE PLÁSTICO. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO. RESPONSÁVEL TÉCNICO. INDEVIDO.
1. O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa
2. A atividade de fabricação de artefatos de material plástico não necessita de registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, tampouco da contratação de engenheiro como responsável técnico. Precedentes desta Corte.
3. Recurso de apelação a que se nega provimento.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 9/15

Número: 5009926-15.2022.4.04.7205/SC

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 12/07/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. INEXIGIBILIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO.
1. A obrigatoriedade do registro de empresa e do profissional de engenharia junto ao órgão profissional é determinada por sua atividade-fim. Empresa que opera com reciclagem e comércio atacadista de solventes e produtos químicos e transporte rodoviário de cargas municipal, intermunicipal, interestadual e internacional não está obrigada a manter responsável técnico perante o CREA.
2. Afastada a obrigatoriedade do registro da empresa junto ao órgão profissional, por sua atividade estar fora do alcance fiscalizador do conselho, inexiste fato gerador da contribuição.
3. Apelo desprovido.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 10/15

Número: 5014176-33.2018.4.04.7108/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal MARCOS ROBERTO ARAUJO DOS SANTOS
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 05/07/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHOS REGIONAIS. CREA. EMPRESA DO RAMO DE METALURGIA. EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO E DE MANTER PROFISSIONAL RESPONSÁVEL. NÃO-OBRIGATORIEDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS.
1. A atividade básica da empresa determina a qual conselho de fiscalização profissional eventualmente aquela deverá se submeter.
2. A jurisprudência desta Corte entende que os estabelecimentos tipo metalurgia, em sua atividade precípua, não estão obrigados à vinculação com o Conselho, seja no tocante a serem registradas no CREA, seja para manter profissional responsável da área da engenharia química (ademais, já se encontrando inclusive registrada perante o CRQ).
3. Tratando de demanda com valor de pequena monta, a fixação da parcela honorária sucumbencial deve se dar por apreciação equitativa (§ 8º), em consonância com o disposto nos incisos do § 2º do artigo 85 do CPC. Acrescente-se que restam, outrossim, majorados, nos termos do § 11, do mesmo diploma legal.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 11/15

Número: 5010736-42.2021.4.04.7102/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 02/05/2023

Ementa: EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO. DUPLA INSCRIÇÃO. VEDAÇÃO.
1. A atividade básica desenvolvida pela empresa determina a qual conselho de fiscalização profissional deverá submeter-se.
2. Não pode ser compelida à inscrição nos quadros da entidade fiscalizadora de atividade profissional a pessoa jurídica que exerce atividade básica distinta daquelas privativas da profissão de engenheiro, de arquiteto ou de engenheiro agrônomo.
3. É vedada a obrigatoriedade da duplicidade de registros em entidades de fiscalização profissional.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 12/15

Número: 5000837-17.2013.4.04.7129/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 08/02/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. ATIVIDADE BÁSICA. METALURGIA. DESNECESSIDADE DE REGISTRO. DESPROVIMENTO.
1. Restou demonstrado que a atividade básica da parte autora é a metalurgia e a fundição, atividades que não guardam relação com o exercício profissional da engenharia ou da agronomia, nos termos do artigo 7º da Lei nº 5.194/66, sendo indevida a obrigatoriedade de manutenção da inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Precedentes.
2. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 13/15

Número: 5069592-73.2019.4.04.7100/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: SEGUNDA TURMA
Data: 16/08/2022

Ementa: EMBARGOS À EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA. CREA. CRQ. DUPLA INSCRIÇÃO EM CONSELHO PROFISSIONAL. PREPONDERÂNCIA.

Ocorrendo superposição de atividades em matéria de fiscalização. soluciona-se a questão por meio preponderância das atividades do profissional, sendo vedada a exigência de duplicidade de registros em conselhos de fiscalização profissional.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 14/15

Número: 5027425-74.2019.4.04.9999/RS

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: SEGUNDA TURMA
Data: 17/05/2022

Ementa: EXECUÇÃO DE DÍVIDA ATIVA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DUPLA INSCRIÇÃO. VEDAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO EQUITATIVO.
1. A atividade básica desenvolvida pela empresa determina a qual conselho de fiscalização profissional deverá submeter-se.
2. Não pode ser compelida à inscrição nos quadros da entidade fiscalizadora de atividade profissional a pessoa jurídica que exerce atividade básica distinta daquelas privativas da profissão de engenheiro, de arquiteto ou de engenheiro agrônomo.
3. É vedada a obrigatoriedade da duplicidade de registros em entidades de fiscalização profissional.
4. O artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil, autoriza o arbitramento equitativo dos honorários advocatícios nos casos em que "for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo".

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 15/15

Número: 5001459-93.2021.4.04.7201/SC

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal LEANDRO PAULSEN
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: PRIMEIRA TURMA
Data: 25/02/2022

Ementa: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. ATIVIDADE PRINCIPAL. METALURGIA.
1. A exigibilidade de inscrição junto ao Conselho Profissional é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela pessoa jurídica (art. 1º da Lei 6.830/1980).
2. Empresa que tem como atividade básica a metalurgia não está obrigada ao registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 1/8

Número: 0803496-42.2023.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal RAFAEL CHALEGRE DO REGO BARROS (CONVOCADO)
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 19/12/2024

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSELHO PROFISSIONAL. CREA-RN. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO POR PESSOA JURÍDICA. AUTUAÇÃO. CRITÉRIO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE BÁSICA PARA FINS DE INSCRIÇÃO EM CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. PESSOA JURÍDICA ATUANTE NO RAMO DE TECELAGEM DE FIOS DE ALGODÃO. INDÚSTRIA TÊXTIL. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO COM AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 7º DA LEI N. 5.194/66. RESOLUÇÃO N. 417/98 DO CONFEA. SUPERAÇÃO DOS LIMITES DO PODER REGULAMENTAR. ILEGALIDADE. NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO IMPROVIDO.
1. Cuida-se de apelação interposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE - CREA/RN, contra sentença da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual julgou procedente o pedido autoral para declarar não só a inexistência de relação jurídica entre as partes autora e ré, mas também a nulidade do Auto de Infração n 24189481/2021 e a consequente cominação de multa.
2. Por sua vez, o CREA/RN manejou o presente recurso apelatório visando ao reconhecimento da legalidade da autuação, uma vez que a atividade desenvolvida pela empresa apelada (têxtil) seria enquadrável nos artigos 59 e 60 da Lei n. 5.194/66 por extensão do que dispõe a Resolução n. 417/1998 do CONFEA, que regulamenta a citada Lei.
3. Para tanto, o Conselho apelante argumentou na apelação: a) a Lei n. 5.194/66, em seu art. 27 alínea "f", institui que são atribuições do CONFEA regulamentar o exercício das profissões ligadas ao sistema CONFEA/CREA através de resoluções; b) a referida Lei data de 1966, de forma que são as Resoluções emanadas do CONFEA que vem regulamentando as profissões de engenheiro de acordo com as mutações sociais; c) a apelada caracteriza-se como indústria têxtil, que tem como atividade principal a tecelagem de fios de algodão, exercendo atividades privativas de engenheiro têxtil, sem registro junto a este Conselho Profissional; d) não há como uma indústria têxtil existir sem um engenheiro têxtil, e as atribuições do engenheiro têxtil estão previstas na Resolução 218/1973, do CONFEA; e) para execução das atividades da apelada, são imprescindíveis conhecimentos técnicos de profissionais vinculados ao Sistema CONFEA/CREA, de forma que a fiscalização do CREA/RN procedeu de forma correta na lavratura dos autos de infração, visto que cabia à recorrida manter-se registrada perante a autarquia federal; f) A Resolução n. 417/1998 do CONFEA, dispõe que as indústrias têxteis são enquadráveis nos artigos 59 e 60 da Lei n. 5.194/66, de forma que devem se registrar no CREA.
4. Portanto, o ponto controvertido consiste em verificar se a pessoa jurídica apelada deve se registrar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte e submeter-se ao poder de polícia dessa autarquia, ou se inexiste vínculo jurídico entres as partes, o que ensejaria a declaração de nulidade do processo administrativo conduzido pela apelante.
5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que o critério legal para a compulsoriedade do registro nos Conselhos Profissionais de Fiscalização e para a contratação de profissional específico é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa, considerando-se atividade básica aquela preponderante para caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final da empresa (Precedentes: AREsp 811601, Min. Sérgio Kukina, DJe 21/11/16). No mesmo sentido: AREsp 1165257, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 05/12/17;

AREsp 1151153, Rel. Min. Assussete Magalhães, DJe 29/09/17).
6. O artigo 7º da Lei 5.194/66 estabelece que as atividades de engenharia correspondem a: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.
7. De acordo com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa recorrente, a sua principal atividade econômica é a Tecelagem de Fios de Algodão (Código 1321-9/00).
8. Em consonância com as notas explicativas do CNAE, essa classe compreende: a) fabricação de tecidos de malha (1330-8/00); b) serviços de acabamento em tecidos planos realizado sob contrato (1340-5/01), (1340-5/02) e (1340-5/99); c) fabricação de artefatos têxteis confeccionados para uso doméstico (roupas de cama, banho, cozinha, etc.) quando não integrada à tecelagem (1351-1/00); d) fabricação de tapetes e artefatos de tapeçaria (1352-9/00); e) fabricação de tecido-não-tecido (tnt) ou falsos tecidos (1354-5/00); f) fabricação de sacos de algodão e de artefatos têxteis para usos diversos quando não integrada à tecelagem (1359-6/00)
9. Correlacionando o Estatuto Social da apelada com a sua inscrição no CNPJ e as atividades previstas na legislação afeta ao tema, infere-se que a atividade preponderante da empresa não exige a realização das atividades básicas que se enquadram no âmbito de atuação da engenharia. Logo, não se faz necessário efetuar o registro no órgão fiscalizador (CREA-RN) nem pode a recorrida submeter-se ao poder de polícia da dita autarquia, pois as atividades desenvolvidas não se amoldam naquelas previstas no art. 7º da Lei n. 5.194/66. Portanto, há ilegalidade no processo administrativo de fiscalização n. 24189481/2021.
10. A Resolução n. 417/98 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, na condição de ato normativo secundário, extrapola o poder regulamentar ao dispor em seu art. 1º que a indústria têxtil se enquadra no art. 60 da Lei 5.194/66, sendo obrigada a se inscrever no CREA, vez que usurpa competência de inovar no mundo jurídico, reservada apenas aos atos normativos primários (leis em sentido estrito).
11. Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 2/8

Número: 0806030-56.2023.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: PRIMEIRA TURMA
Data: 28/11/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA/RN). ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART). ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES QUE EXIGEM O RESPECTIVO REGISTRO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO.
1. Trata-se de apelação interposta pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (CREA/RN) contra sentença prolatada pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que acolheu exceção de pré-executividade para determinar a extinção dos créditos perseguidos neste feito executivo, extinguindo a execução fiscal com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Além disso, reconheceu a necessidade de prévia dilação probatória, incompatível com a via eleita, para a análise das alegações da excipiente quanto às teses de nulidade da notificação na seara administrativa, bem como de ausência da visita de fiscalização.
2. Na origem, a ora recorrida apresentou exceção de pré-executividade nos autos da Ação de Execução nº 0806030-56.2023.4.05.8400, alegando a nulidade da notificação editalícia promovida pelo CREA no processo administrativo, assim como suposta inexistência de ato infracional e, por fim, que a empresa não teria atividade básica ligada à Engenharia nem prestaria serviços dessa natureza a terceiros, não se sujeitando à inscrição perante o CREA, sendo inexigível sua inscrição e seu registro junto ao referido Conselho e inexistindo ainda qualquer exercício de atividade ilegal ou necessidade de manter em seus quadros responsável técnico.
3. A autarquia argumenta não haver que se falar em nulidade do auto de infração que deu origem ao processo de execução, uma vez que as atividades desenvolvidas pela empresa estão inseridas no escopo de fiscalização do CREA. Aduz que as atividades mencionadas no caso, relativas a resíduos sólidos, são atribuições do Engenheiro Civil, do Engenheiro Ambiental e do Engenheiro Sanitarista, portanto necessária a contratação de profissional habilitado e o registro da empresa no CREA/RN.
4. Segundo a Lei nº 6.839/1980, o que norteia a inscrição das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissões é a sua atividade básica (REsp 1.732.718/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/06/2018).
5. Esta Corte Regional endossa entendimento idêntico, sustentando que o fato gerador da obrigação da inscrição de empresas nos conselhos fiscalizadores é o efetivo exercício da atividade regulamentada como atividade básica. Precedentes: TRF5, 2ª Turma, PJE 0800646-54.2019.4.05.8400, Rel. Des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, Data da Assinatura: 22/01/2020; TRF5, 2ª Turma, PJE 0813207-40.2019.4.05.8100, Rel. Des. Paulo Cordeiro, Data da Assinatura: 12/03/2020.
6. Compulsando os autos, portanto, tem-se que os fundamentos exarados na sentença se identificam perfeitamente com o entendimento deste Relator, motivo pelo qual adotados em complemento às razões de decidir deste voto, técnica essa da fundamentação referenciada (per relationem) que está em sintonia com a jurisprudência sedimentada do Supremo Tribunal Federal. (Itens 7-9)
7. "Em relação à coleta de resíduos, a política nacional de resíduos sólidos encontra-se disciplinada pela Lei nº 12.305/2010, cujo art. 10 dispõe que 'incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de

controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos'".
8. "Prosseguindo, veja-se o quanto disposto no art. 11, do referido diploma legal: 'Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados: [...] II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama'".
9. "Tem-se que as atividades da excipiente não se encontram no escopo de fiscalização do CREA, sendo certo que as alegações trazidas pelo excepto em sede de impugnação não foram capazes de alterar o entendimento do Juízo em torno da matéria". Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 3/8

Número: 0814706-20.2023.4.05.8100

Classe: Apelação Cível/Remessa necessária
Relator(a): Desembargadora Federal ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: PRIMEIRA TURMA
Data: 20/06/2024

Ementa: ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. INSCRIÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. EMPRESA DEDETIZADORA. DESNECESSIDADE. NULIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA.
1. Cinge-se a presente remessa necessária, em sede ação de procedimento comum, formulada por ARC DE LIMA SILVA IMUNIZAÇÃO-ME em face do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO CEARA - CREA/CE, objetivando provimento jurisdicional que reconheça a nulidade dos Autos de Infração nº. 13760400000550/ 2022, de nº 17300300000233 / 2022, de nº 14030600000283/2023, de nº 13700400000274/2023 e de nº 13150400000449/2022, lavrados contra si pelo conselho demandado, bem assim que seja reconhecida a inexistência de relação jurídica que o obrigue a registrar-se no CREA para desenvolver a sua atividade fim, e, por via de consequência, declarar a nulidade de qualquer taxa ou multa que venha a ser instituída pela suposta prática da infração de se encontrar sem o competente registro no CREA/CE ou ainda de qualquer registro realizado no aludido conselho sem a anuência ou solicitação da requerente. Por fim, postulou ainda a condenação do conselho demandado ao pagamento de danos morais ante a indevida exigência de inscrição, fiscalização e autuação irregular da demandante.
2. O pleito autoral merece deferimento. A empresa autora, que se dedica aos serviços de dedetização e sanitarização de locais para imunização contra pragas urbanas, não exerce atividade básica privativa de Engenheiro, Arquiteto ou Engenheiro Agrônomo. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80, o registro das empresas nos conselhos profissionais está vinculado à atividade básica por elas exercida.
3. A Lei nº 5.194/66, que regula o exercício da profissão de Engenheiro, dispõe em seu art. 1º que tais profissões estão relacionadas ao aproveitamento e utilização de recursos naturais, e, conforme seu art. 7º, as atribuições profissionais envolvem planejamento, projetos, fiscalização, direção e execução de obras, entre outras atividades técnicas especializadas.
4. No caso em tela, a atividade principal da empresa autora, voltada à dedetização e sanitarização, não se enquadra em nenhuma das atividades descritas no art. 7º da Lei nº 5.194/66, não sendo, portanto, obrigatória a inscrição no CREA. Além disso, a empresa possui registro no Conselho Regional de Química (CRQ), apropriado para a natureza de sua atividade.
5. Dessa forma, é evidente o abuso praticado pelo CREA ao aplicar multas à empresa autora por ausência de registro.
6. Quanto ao pedido de condenação do CREA ao pagamento de danos morais, este não merece deferimento. A empresa autora não comprovou relação entre a multa indevida e o dano à sua honra ou imagem.
7. Remessa necessária conhecida e desprovida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 4/8

Número: 0810810-73.2022.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: PRIMEIRA TURMA
Data: 22/02/2024

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REGISTRO PERANTE O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. OBRIGAÇÃO DE POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO. DESNECESSIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. INDEVIDA. DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA. CONFIGURAÇÃO.
Trata-se de apelação interposta pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia no Rio Grande do Norte - CREA/RN em face de sentença que julgou procedente a ação para, confirmando a tutela de urgência, declarar a ausência de obrigatoriedade da empresa requerente manter registro junto ao Conselho Demandado, tornando nulo o auto de infração nº 24167997/2019, que aplicou a multa objeto da demanda, determinando a retirada do nome da autora da Dívida Ativa e condenando o Conselho ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$5.000,00. O cerne da questão da presente demanda diz respeito à análise da validade do auto de infração nº 24167997/2019, bem como da necessidade de registro da empresa apelada junto ao CREA/RN e se é cabível, no caso, indenização por danos morais. É incontestável que a obrigação de registrar a empresa em Conselho Profissional só é cabível em razão de sua atividade básica, conforme estipulado pela Lei nº 6.839/80.
Constatou-se que a empresa recorrida não atua na área de engenharia, pois suas operações estão centradas na produção de móveis de madeira. Além disso, considerando as disposições da Lei 5.194/1966, não existe fundamento para a exigência de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, tornando injustificável a modificação da sentença nesse ponto. Precedente desta Turma: (PROCESSO: 08190803720184058300, APELAÇÃO CÍVEL, DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA, 1ª TURMA, JULGAMENTO: 02/02/2023). No que concerne ao auto de infração nº 24167997/2019, verificou-se que, consoante o documento de id. 12272788, o procedimento administrativo que o gerou foi aberto em Mossoró/RN, cidade muito distante da sede da empresa, que se localiza em Macaíba/RN. Isso demonstra a ausência de fiscalização do Conselho no local para averiguação da suposta irregularidade. Segundo o art. 2º da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, que fixa os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração aos dispositivos das Leis nºs 5.194/1966, 4.950-A/1966 e 6.496/1977, o CREA deve verificar por meio de fiscalização ao local de ocorrência caso haja indícios de infração à legislação profissional.
Desta feita, imperiosa a declaração de nulidade do auto de infração nº 24167997/2019, pois foi lavrado sem a devida fiscalização do Conselho Profissional, em desconformidade com a legislação pertinente. Como consequência, necessária também a retirada do nome da apelada da inscrição em dívida ativa. Conforme o julgamento do REsp 1.414.725/PR, pela Terceira Turma do STJ, "para a pessoa jurídica, o dano moral não se configura in re ipsa, por se tratar de fenômeno muito distinto daquele relacionado à pessoa natural.
É, contudo, possível a utilização de presunções e regras de experiência no julgamento. (...) Nas hipóteses de protesto indevido de cambial ou outros documentos de dívida, há forte presunção de configuração de danos morais." (REsp 1.414.725/PR, Terceira Turma, julgado em 08/11/2016, DJe 11/11/2016).
No presente caso, sendo indevida a inscrição em dívida ativa decorrente do auto de infração objeto da demanda, faz jus a apelada à reparação, afigurando-se, de outra banda, proporcional e razoável o valor fixado a tal título pelo Juízo original. Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 5/8

Número: 0800311-09.2022.4.05.8504

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal FREDERICO WILDSON DA SILVA DANTAS
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 08/08/2023

Ementa: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE. FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA E BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO AZULEJOS E PISOS. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA NÃO AFETADA À FISCALIZAÇÃO DO CREA. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Apelação interposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE contra sentença que, nos autos de ação anulatória de auto de infração movida por empresa particular, julgou procedente o pedido formulado na inicial para declarar a inexistência de previsão legal que obrigue a autora a manter registro no conselho profissional, tendo determinada, ainda, a baixa do registro existente na entidade, o cancelamento da notificação de autuação e a devolução da quantia de R$ 2.934,48 (dois mil novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), corrigida monetariamente e com juros moratórios desde a data do efetivo desembolso, condenando a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais).
2. Alega o apelante que: a) as atividades elencadas no objeto social da empresa são atividades técnicas da área de Engenharia, exigindo o registro no CREA-SE e a participação de profissional legalmente habilitado; b) a autora não alegou estar registrada em qualquer outro conselho de fiscalização profissional, de modo que suas atividades básicas estariam sendo realizadas sem qualquer fiscalização pelo Estado.
3. Hipótese em que a autora comprovou que sua atividade diz respeito à" fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos" consoante contrato social anexado aos autos e informações registradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Assim, como não há relação da atividade principal da empresa com aquela objeto de fiscalização pelo CREA/SE, há de se reconhecer a ilegalidade do ato perpetrado pela parte ré. Precedente: PROCESSO: 08011762720204058302, APELAÇÃO CÍVEL, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, 2ª TURMA, JULGAMENTO: 04/05/2021.
4. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 6/8

Número: 0810152-83.2021.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal RODRIGO ANTONIO TENORIO CORREIA DA SILVA
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 09/05/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART). ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES QUE EXIGEM O RESPECTIVO REGISTRO. SENTENÇA CONFIRMADA.
1. Apelação em face de sentença que julgou procedentes os embargos à execução, em que figura como embargante HA SERVIÇOS DE RECICLAGEM LTDA, para extinguir o crédito perseguido pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - CREA/RN na execução fiscal nº 0806637-74.2020.4.05.8400.
2. Em suas razões, sustenta a apelante que a apelada tem como atividades econômicas devidamente registradas perante a Receita Federal em áreas de abrangência da fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte - CREA-RN. Acrescenta que a recorrida não comprova que está registrada no Conselho Regional de Química - CRQ.
3. Segundo a Lei 6.839/1980, o que norteia a inscrição das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissões é a sua atividade básica. Tem decidido o STJ que, "de acordo com o disposto no art. 1º da Lei 6.839/1980, o critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os Conselhos Profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa" (REsp 1.732.718/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/06/2018).
4. Esta Corte Regional endossa entendimento idêntico, sustentando que o fato gerador da obrigação da inscrição de empresas nos conselhos fiscalizadores é o efetivo exercício da atividade regulamentada como atividade básica. Precedentes: TRF5, 2ª Turma, PJE 0800646-54.2019.4.05.8400, Rel. Des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, Data da Assinatura: 22/01/2020; TRF5, 2ª Turma, PJE 0813207-40.2019.4.05.8100, Rel. Des. Paulo Cordeiro, Data da Assinatura: 12/03/2020.
7. Na hipótese, é possível observar, na análise do contrato social da empresa apelante, que esta não presta serviços de engenharia como atividade básica, apenas se utilizando desses para consecução de seu objeto social, inexistindo, desta forma, obrigatoriedade à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RN.
8. Apelação desprovida. Honorários sucumbenciais majorados de 10% para 12%, nos termos do art. 85, § 11, do CPC.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 7/8

Número: 0800586-76.2022.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 11/04/2023

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMPRESA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS. DISPENSA DE REGISTRO JUNTO AO CREA. POSSIBILIDADE. ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. CABIMENTO. APELAÇÃO IMPROVIDA.
1.Trata-se de apelação da sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte que julgou procedente o pedido formulado pela empresa MESSER GASES LTDA para: (a) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, reconhecendo-se a inexigibilidade de inscrição da Autora perante o Réu; (b) determinar que o réu abstenha-se de fiscalizar a Autora e dela exigir a contratação de profissional de engenharia como responsável técnico pelas suas atividades; (c) determinar o cancelamento das multas aplicadas à Autora, por meio do auto de infração nº. 24179175/2020; (d) determinar, ainda, que o Réu se abstenha de aplicar novas penalidades em decorrência da ausência de inscrição no CREA/RN.
2.Compulsando os autos, verifica-se, em relação à atividade desenvolvida pela empresa demandante, que a mesma está voltada para fabricação, industrialização, comercialização, armazenamento, distribuição, expedição, importação e exportação de (a) gases industriais, (b) gases medicinais, (c) plantas produtores de gases, (d) unidades geradoras de gases, (e) centrais de distribuidoras de gases, (f) aparelhos e equipamentos para soldas e cortes (id 40800586-76.2022.4.05.8400-pg.4).
3.A teor do art. 1º, da Lei nº 6.839/80: O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
4.Destarte, considerando a descrição da atividade preponderante da empresa em análise, produção e comercialização de gases industriais, medicinais, hospitalares, não se verifica a existência de atividade que se submeta à fiscalização do CREA. Precedente: 08000108820194058400, APELAÇÃO CÍVEL, DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT, 4ª TURMA, JULGAMENTO: 03/03/2020.
5. Além disso, a demandante, em razão de sua atividade principal, possui registro perante o Conselho Regional de Química da 1ª Região, sob o nº 2.649, tendo como Responsável Técnico o Engenheiro Químico Danilo Gonçalves.
6.Em última análise, o fato de a empresa em questão ter um registro antigo no CREA/PE não desnatura a sua atividade principal a ser fiscalizada preponderantemente pelo Conselho de Química, desobrigando, portanto, o seu registro em qualquer outro conselho.
7.Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 5ª REGIÃO Nº 8/8

Número: 0806464-16.2021.4.05.8400

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargadora Federal CID MARCONI GURGEL DE SOUZA
Origem: TRF - QUINTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 13/10/2022

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO PROFISSIONAL. FISCALIZAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. CREA/RN. EMPRESA QUE FABRICA EMBALAGENS DE MATERIAL PLÁSTICO. INSCRIÇÃO NO CREA. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NÃO CARACTERIZADA COMO DE ENGENHEIRO.
1. Apelação interposta em face de sentença que julgou procedente o pedido para declarar a inexistência de relação jurídica entre a Empresa Autora e o CREA/RN e a consequente anulação da multa cobrada. O Réu foi condenado no pagamento de honorários de sucumbência fixados em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, § 3º, I, do CPC.
2. Argumenta a Autora, ora Apelada, que sua atividade principal - fabricação de embalagens de plástico - não exige o registro da Empresa perante o CREA e, por consequência, a exime da fiscalização do aludido Conselho Profissional.
3. A autuação ocorreu pelo exercício ilegal da atividade, haja vista a ausência de registro perante o CREA/RN, e teve como fundamento legal o art. 59, da Lei 5194/1966.
4. O e. STJ já se manifestou, em sede de Recurso Especial Repetitivo, no sentido de que o registro da pessoa jurídica no Conselho de Fiscalização Profissional respectivo faz-se necessário quando sua atividade básica, ou o serviço prestado a terceiro, esteja compreendida entre os atos privativos da profissão regulamentada (STJ, REsp 1.338.942/SP - Temas 616 e 617, DJe 3.5.2017).
5. No caso, restou provado nos autos, que a atividade econômica principal da Recorrente, consoante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, é a fabricação de embalagens de material plástico.
6. Consoante jurisprudência colhida dos tribunais pátrios, esse tipo de atividade não exige o registro perante o Conselho de Engenharia e Agronomia, porquanto não se inclui no rol de serviços reservados aos profissionais de Engenharia. Precedentes: TRF - 1ª Região, 0001032-72.2019.4.01.3504, Relator: Desembargador Federal Hercules Fajoses, Sétima Turma, Publicação: 21/03/2022; e TRF - 3ª Região, 0000579-02.2014.4.03.6122, Relator: Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, publicação: 14/02/2020).
7. Nesse mesmo sentido, em situação análoga a dos autos, colhe-se precedente do e. STJ que afirma: "(...) Dessa forma, deve ser mantido o entendimento esposado pela Corte de origem, segundo o qual, 'se a atividade da empresa, indicada em seu contrato social, é a de fabricação e transformação da borracha, ela deve ser registrada no Conselho Regional de Química, como de fato já o é. Não está ela obrigada a novo e duplo registro, perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREAA" (fl. 119). (...)". (AREsp 1888497, Relator: Ministro Manoel Erhardt - Desembargador Convocado do TRF5, publicação: 20/10/2021).
8. Com relação à Resolução 417/1998, com base na qual foi realizada a autuação da Empresa Apelada, é importante esclarecer, assim como o fez o douto sentenciante, que "não se revela possível estender o alcance das vetustas disposições da Lei nº 5.194/66, através de Resoluções altamente abrangentes, a processo produtivo simples, como o desenvolvido pela autora, mormente em tempos de predominância da automação industrial".
9. Por todos esses argumentos, a autuação da Empresa Recorrente pelo CREA/RN foi ilegal.
10. Apelação improvida. Condenação do Recorrente no pagamento de honorários recursais, ficando majorados em 2% (dois por cento) os honorários sucumbenciais fixados na sentença, nos termos do art. 85, § 11, do CPC.

EMENTA DO TRF 6ª REGIÃO Nº 1/1

Número: 1001583-52.2022.4.01.3820

Classe: Apelação Cível
Relator(a): Desembargador Federal MARCOS VINICIUS LIPIENSKI
Origem: TRF – SEXTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 10/09/2024

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO QUE REPETE A CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE QUANDO HÁ PERTINÊNCIA COM A SENTENÇA. CREA. ATIVIDADE BÁSICA NÃO PRIVATIVA DO ENGENHEIRO. FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MATERIAL PLÁSTICO. REGISTRO. INEXIGIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.
1.Segundo entendimento do STJ, a repetição dos argumentos lançados na petição inicial ou na contestação não representa, por si só, a ausência de requisito objetivo de admissibilidade da apelação, se possível extrair, de suas razões, os fundamentos de fato e de direito pelos quais o recorrente almeja ver reformada a sentença.
2. O fator determinante da inscrição de uma empresa ou do profissional em determinado conselho profissional é a atividade básica exercida ou em relação à natureza dos serviços prestados a terceiros (art. 1º da Lei n. 6.839/80).
3. Hipótese em que a atividade econômica principal da parte autora (fabricação de embalagens de material plástico) não se enquadra no rol taxativo do art. 7º da Lei 5.194/66, de modo que a empresa não está obrigada a realizar o registro junto ao CREA, tampouco contratar profissional nele habilitado. Precedentes.
4. Apelação parcialmente provida apenas para fixar os honorários advocatícios a serem pagos pelo conselho réu em 20% sobre o valor atualizado da causa.

FONTES DE REFERÊNCIAS

Portal da Justiça Federal. Disponível em: www.cjf.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 09:30:21.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 12:00:10.

Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 16:12:31.

Tribunal Regional Federal 1ª Região. Disponível em: www.trf1.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 9:25:15.

Tribunal Regional Federal 2ª Região. Disponível em: www.trf2.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 08:50:25.

Tribunal Regional Federal 3ª Região. Disponível em: www.trf3.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 17:00:03.

Tribunal Regional Federal 4ª Região. Disponível em: www.trf4.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 18:15:15.

Tribunal Regional Federal 5ª Região. Disponível em: www.trf5.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 08:10:23.

Tribunal Regional Federal 6ª Região. Disponível em: www.trf6.jus.br. Acesso em: 01 ago. 2025 às 08:10:23.

CRQ - 4ª REGIÃO
SÃO PAULO
LEI Nº 2.800 DE 18 DE JUNHO DE 1956

www.crqsp.org.br

Gerência Jurídica do CRQ-IV/SP - juridico@crqsp.org.br

Conselho Regional de Química - IV Região (São Paulo)